

A organização política da classe operária do século XIX

Fernando de Araújo Bizerra

nando_epial@hotmail.com

Reivan Marinho de Souza

ABSTRACT

This work deals with the worker's organizations of the Nineteenth Century. These movements resulted from the intensification of the class struggle in the capitalism's competitive phase and they were founded, thereby, by historical contradiction between labor and capital that, henceforth, will determine the capitalist society development. The working class exposes his face in response to dynamic inflations of the greedy capitalists for profits. In this moment the proletariat agglutinated political forces, allowing the formation of a revolutionary consciousness and a transition from their status as "class in itself" to "class for itself". This culminated in the emergency of workers movements that scored the above century as the labor unionism, Chartism and Luddism, the 1848 revolutions and Paris Commune of 1848.

KEYWORDS

capitalist industrialization; the working class; organizational movements.

RESUMO

Este trabalho versa sobre os movimentos organizativos do operariado no Século XIX. Esses movimentos resultaram do acirramento da luta de classes na fase concorrencial do capitalismo, sendo fundados, desse modo, pela contradição histórica entre capital e trabalho que determinará dali por diante o desenvolvimento da sociedade capitalista. A classe operária expõe seu enfrentamento em reação às inflexões da dinâmica voraz dos capitalistas por lucros. Neste momento, o proletariado aglutinou forças políticas,

possibilitando a formação de uma consciência revolucionária e a transição da sua condição de “classe em si” ao estatuto de “classe para si”. Isso culminou com a eclosão de movimentos operários que marcaram o referido século, como o sindicalismo operário, o luddismo e o cartismo, as Revoluções de 1848 e a Comuna de Paris de 1871.

PALAVRAS-CHAVE

Industrialização capitalista; classe operária; movimentos organizativos.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda os movimentos do operariado do século XIX, na fase concorrencial do desenvolvimento capitalista em que se constitui a produção industrial moderna. É do trabalho cooperado na grande indústria que se consolida a divisão social do trabalho (trabalho manual e intelectual), o incremento do maquinário para aumentar a produtividade, a intensa exploração do trabalho (generalização da mais-valia relativa), a formação da classe operária, a configuração de precárias condições de reprodução social e o agravamento dos conflitos sociais.

Analisar os movimentos da classe operária, naquele século, é fundamental para apreender as formas de resistência, de enfrentamento das suas condições miseráveis de vida e de trabalho impostas pelo capital no período industrial. Desse modo, neste estudo, destacamos os movimentos de caráter revolucionário que expressam o surgimento de um projeto de classe distinto dos demais até então construídos historicamente pelos homens, projeto que se particulariza pela defesa de uma sociabilidade antagônica à sociedade capitalista. Explicitamos as reivindicações dos sindicatos de classe e as lutas encampadas pelos movimentos luddista e cartista que exigiram da burguesia uma resposta à questão social. Destacamos os eventos revolucionários da França, que demonstraram o acirramento dos antagonismos de classes, expressos nas Revoluções de fevereiro, junho e dezembro de 1848. E, por fim, abordamos a tomada do poder político pelo operariado francês em 1871, o estopim para o surgimento da Comuna de Paris.

Considerando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, demonstrado em seus momentos de crise/estagnação e de prosperidade nos dois últimos séculos,

a relevância deste trabalho está em explicitar porque os movimentos supracitados expressaram a formação de uma consciência crítica do operariado em relação a sua condição material de existência. Acrescente-se ainda que esse processo torna explícita a relação indissolúvel que a esfera da política mantém com a economia, pois o operariado enfrentou politicamente as personificações do capital e revelou de forma organizada sua identidade de classe. São, portanto, nestes movimentos que, pela primeira vez, a dimensão libertária da emancipação humana, a busca pela ruptura com a sociabilidade do capital se traduz na luta organizada do operariado. É sobre esse conjunto de elementos que nos debruçamos a seguir.

OS MOVIMENTOS ORGANIZATIVOS DO OPERARIADO INDUSTRIAL NO SÉCULO XIX

Nos séculos XVIII e XIX ocorrem alterações significativas na base material da sociedade que demonstram o desenvolvimento das forças produtivas e a possibilidade histórica de superação das carências materiais e sociais. No entanto, é com o desenvolvimento da indústria moderna, no capitalismo, que se produz a generalização do trabalho assalariado, o controle privado da produção social e a ampliação dos processos de alienação.

Ocupando o lugar do trabalho artesanal, individual e parcial, característico das formas produtivas que a antecederam, essa nova organização expande e intensifica o trabalho de base cooperada no interior da fábrica que se espalha em diversos ramos setoriais da produção. Conforme explica Marx (1988), o trabalho cooperado, na organização capitalista, corresponde a ação coletiva e combinada de trabalhadores assalariados, desenvolvendo atividades repetitivas e fragmentadas sob a direção de um capitalista, que possibilita elevar exponencialmente a produtividade num dado processo de trabalho. Em suas palavras, “A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista” (MARX, 1988, p. 375). Essa forma de organização do trabalho é implantada inicialmente na manufatura e diferencia-se das atividades realizadas pelas corporações de ofício, pelas comunidades primitivas e pelas formações escravista e feudal, ocorrendo, com

isso, a perda da autonomia do trabalhador na produção e sua subordinação integral às determinações do capitalista.

Tem-se a consolidação da divisão social e técnica do trabalho - separação entre trabalho manual e intelectual, a fragmentação do saber operário e, por conseguinte, a intensa produtividade e acumulação capitalista mediante a exploração da força de trabalho. (mais-valia relativa). A divisão social e técnica do trabalho, no capitalismo, diz respeito à separação clássica entre trabalho manual e intelectual, que se impõe de forma racional/ mecânica, hierárquica, disciplinada e despótica, na manufatura e na grande indústria moderna, conforme o fundamento do controle e da apropriação privada da riqueza socialmente/ coletivamente produzida com vistas a intensificar a extração de trabalho excedente. Esta divisão também acontece no campo e na cidade com a expansão dos processos de urbanização e entre as diferentes profissões que vão sendo socialmente demandadas consoantes as necessidades de reprodução do capital. O trabalho manual caracteriza-se pelas atividades práticas/ operativas realizadas no chão da fábrica que transformam a natureza; e o trabalho intelectual corresponde às atividades de criação, gestão e supervisão do trabalho. Essa divisão desigual do trabalho se consolida e se complexifica no desenvolvimento do capitalismo, impedindo o trabalhador de apreender e participar integralmente do processo de trabalho.

Apreende-se que as alterações introduzidas com o advento da grande indústria via utilização do maquinário, destroem as barreiras e empecilhos históricos, sociais, políticos, ideológicos e técnicos que impediam a generalização do capital, seu domínio sobre o trabalho e o desenvolvimento acelerado das forças produtivas. Com a destruição desses empecilhos, os capitalistas, instigados pela dinâmica voraz de lucros, concretizam seus objetivos mediante as formas intensas de extração do trabalho excedente (mais-valia relativa), fazendo com que os trabalhadores percam cada vez mais a sua autonomia no controle da produção. Neste sentido, a necessidade que o trabalhador tem de desenvolver sua função exclusivamente articulada à fiscalização e funcionamento da máquina reafirma a perda da autonomia e controle da produção, o que para Marx (1988) marca a subordinação real do trabalho e da vida do trabalhador às imposições capitalistas (Estamos aqui referenciados na categoria “*subsunção real*”, que Marx demonstra em várias passagens da sua obra “*O Capital*”).

Com a maquinaria potencializa-se a exploração do trabalhador pela diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário e pelo aumento da extração do trabalho excedente. Para Marx (1988, p. 30),

[...] a aplicação capitalista da maquinaria produz, por um lado, novos e poderosos motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho e revoluciona o próprio modo de trabalho, bem como o caráter do corpo social do trabalho, de tal maneira que quebra a oposição contra essa tendência, ela produz, por outro lado, em parte mediante a incorporação do capital de camadas da classe trabalhadora antes inacessíveis, em parte mediante a liberação dos trabalhadores deslocados pela máquina, uma população operária excedente compelida a aceitar a lei ditada pelo capital.

Como reflexo dessa realidade, tem-se a submissão à lei do capital daqueles que possuem apenas sua força de trabalho, tornando-se mercadoria para o capitalista, o que os faz submeterem-se, por intimidação, à degradação mais horrenda causada pela exaustão de suas mentes e corpos, tornando-se, assim, uma oferta singular para aqueles que comprem a sua força de trabalho.

É, portanto, no seio da grande indústria que se verifica a apropriação da produção pela máquina. E, em meio a esse processo, reconhece-se que do homem é roubada a função de intervir, auxiliado pela sua ferramenta, na transformação do objeto. Aos trabalhadores caberá a função de produzir mercadorias, supervisionar e corrigir os erros das máquinas. Sobre isto, Marx (1988, p.8) explica que:

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força.

Apesar disso, não se pode deixar de mencionar a importância da Revolução Industrial para o desenvolvimento das forças produtivas, ainda que tal processo não tenha representado para os trabalhadores a garantia do atendimento de suas necessidades materiais e sociais básicas. Entende-se que a “explosão” da Revolução Industrial significou que “a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços” (HOBSBAWM, 2001, p. 44).

É a partir da Revolução Industrial que o capitalismo passou a constituir uma formação social, ou melhor, um modo de produção capaz de desenvolver plenamente as forças produtivas e avançar a tal ponto que a capacidade de produzir riqueza permitia ultrapassar os limites necessários para satisfazer as necessidades de reprodução social dos homens. Esta foi a possibilidade concreta, na história da humanidade, de serem erradicados os males sociais, o pauperismo. Todavia, isso não aconteceu pela regência e dinâmica da produção/ reprodução do capital que se objetiva mediante sua lei geral de acumulação. O caráter ontológico dessa lei se expressa na medida em que gera riqueza em um polo e, concomitantemente, produz pauperismo massivo e generalizado em outro. Esses polos são faces de um mesmo processo: o processo contraditório de reprodução do capital.

Esta realidade contraditória, que é própria da natureza do capitalismo, tornou-se evidente na medida em que o capitalismo cria uma classe operária urbana que não tem suas necessidades sociais reais atendidas. Esses trabalhadores foram submetidos às mais miseráveis condições de vida e de trabalho. Referimo-nos aos bairros onde costumavam habitar em meio às circunstâncias hostis de dureza material, pois se encontravam aglomerados em ambientes imundos, inaptos ao convívio humano, desprovidos de quaisquer condições de higiene. A população vivia esfarrapada, suas vestimentas estavam em péssimo estado de conservação e incompatíveis com o clima abafado dos grandes centros industriais. As condições de alimentação também expressavam a polarização riqueza/pobreza, visto que dependiam dos salários que os trabalhadores recebiam, e como, em sua maioria, eram baixíssimos, não poderiam fazer muitos gastos com a alimentação. O que daí decorreu foi a ploriferação de inúmeras doenças entre os membros da classe operária, deixando inaptos ao trabalho ou, comprometendo, por vezes, a sua vida e a vida da sua família. Quanto às condições de trabalho, destaquemos o caráter monótono que essa atividade humana vital assumia, sendo cada vez mais forçado, alienante, tornando-se um verdadeiro suplício; baixos salários, que muitas vezes não davam nem para suprir o mínimo de suas necessidades de reprodução social; bem como ao contingente de força de trabalho que ficava desempregada, pondo os indivíduos diante de uma realidade ameaçadora. Frisemos ainda a inserção do trabalho feminino e infantil enquanto mecanismo de barateamento e precarização

da força de trabalho, e as más condições com que os trabalhadores se defrontavam nas fábricas em que realizavam seu trabalho.

Portanto, as condições de existência do operariado no período industrial, “ao contrário, longe de elevar-se com o desenvolvimento da indústria, afundam-se cada vez mais, indo abaixo das condições de sua própria classe” (MARX e ENGELS, 1998, p. 19). A burguesia industrial assegurou aos operários apenas as condições mínimas de reprodução social para oprimi-los. Porém, foi em meio a essas condições precárias de existência e de trabalho, consolidadas no regime de acumulação do capital, que o operariado industrial se constituiu enquanto classe e com o passar dos tempos adquiriu consciência da violência direcionada contra a natureza humana e das desumanidades instauradas pelo sistema capitalista. As transformações na base material condicionaram os elementos decisivos da luta de classes, pois a organização da produção industrial intensificou os antagonismos de classes, criando novas condições de opressão, bem como novas formas de luta entre opressores e oprimidos. A revolta do operariado reflete, assim, a demonstração efetiva do seu sentimento contra a situação desumana do trabalho fabril e de suas péssimas condições de vida aguçadas a partir do processo de industrialização capitalista.

No âmbito da organização política do operariado, a dinâmica histórica do capitalismo acaba por estabelecer as bases concretas para que, no século XIX, a sociedade capitalista fosse palco de processos revolucionários que demonstraram o acirramento da luta de classes. Diante das alterações decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas, os operários se organizaram politicamente em movimentos que trouxeram à tona o ineliminável antagonismo existente entre burguesia e proletariado. Os primeiros movimentos do operariado industrial destacaram-se pela reação às circunstâncias hostis de exploração a que foram submetidos durante o capitalismo concorrencial: o processo de “subsunção formal e real” (MARX, 1988); o que demonstrou seu espírito combativo e sua oposição à classe burguesa.

Os operários se organizaram e encamparam lutas demonstrando o confronto entre as classes e a necessidade de enfrentamento da “questão social”, ou seja, “[do] conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca a [sua] emergência [...] como sujeito sociopolítico no marco da sociedade burguesa” (NETTO, 1989, p. 90). As condições precárias de trabalho e de reprodução social em que se encontrava

subordinado o proletariado, contribuíram para que se despertasse a consciência de classe, para o sentido de pertencimento/ de identidade de classe contra a exploração/ a dominação burguesa. Isso revela o que Marx (2009, p. 190), na *Miséria da Filosofia*, denominou de consciência “em si”, quando afirma que “as condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa [...] em trabalhadores”. Historicamente, “a dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. [Esta massa é para o capitalista uma classe, mas] não o é para si mesma.” É somente, nesse momento histórico, que os trabalhadores refletem sobre suas condições de vida e de trabalho e percebem que ao se isolarem, eram fracos; porém, juntos e articulados, representavam uma força política. “Na luta [...], esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defendem se tornam interesses de classe” (MARX, 2009, p. 190). E ao se organizarem - tendo em suas lutas um conteúdo anticapitalista professado - explicitam historicamente os antagonismos de classes que se estabelecem entre proletariado e burguesia.

As lutas de classes elevam-se a outro patamar, a partir da consolidação do capitalismo em sua fase moderna, pois explicitam a contradição estrutural existente entre capital e trabalho. Neste sentido, não demorou muito para os trabalhadores se organizarem politicamente e iniciarem suas lutas, colocando em pauta os problemas que agravavam suas condições miseráveis e direcionando sua militância contra as inflexões do capitalismo. A própria dinâmica da realidade impõe ao proletariado a necessidade de organização enquanto classe. Desse modo, as primeiras lutas do operariado foram desencadeadas no interior da fábrica, demonstrando sua insatisfação com o aumento da jornada de trabalho. Sobre este aspecto, decisivo para nosso estudo, Marx (1988, p. 31) ressalta que o prolongamento da jornada de trabalho, “que a maquinaria produz na mão do capital, provoca, mais tarde, [...] uma reação por parte da sociedade, ameaçada em sua raiz vital, e com isso a instauração de uma jornada normal de trabalho legalmente limitada”. A classe trabalhadora, ante as imposições estabelecidas pelo prolongamento da jornada de trabalho reagiu expressivamente, exigindo que fossem determinados limites legais a essas imposições. Assim, as primeiras colisões entre a burguesia e o proletariado se cristalizavam. Tais reações se constituíam em formas organizadas de enfrentamento do trabalho contra a exploração capitalista, onde homens e mulheres lutam de diversas maneiras e em diferentes campos de batalha, buscando se contrapor

ao poder exercido pela burguesia e cessar a alienação capitalista, a exploração e a subsunção às quais estão submetidos pelo processo de trabalho capitalista.

A organização da classe trabalhadora possibilitou a conquista de melhores condições de trabalho e de vida para o operariado, tais como: aumento de salários e jornadas de trabalho menores. É preciso destacar que a organização em defesa dos seus interesses foi representada inicialmente pelos sindicatos, que constituem uma das primeiras conquistas por melhores condições de trabalho. Não se tratava de algo novo, foi uma evolução das “antigas associações de jornaleiros”. À medida que o capital na indústria toma proporções gigantescas, as associações de trabalhadores se modificaram, passando de corporação para sindicato, assim como hoje, que se constituem em um corpo de trabalhadores de um ramo específico organizado para defender seus interesses de classe. As funções básicas dos sindicatos eram: negociar os salários, fixar pisos mínimos, regular o salário em razão do lucro patronal, criar o piso salarial nacional para todas as categorias, dentre outras. Portanto, a criação dos sindicatos assinalava a formação de uma consciência política das condições de opressão e da existência do antagonismo entre operários e patrões.

Embora reconhecendo os limites das lutas economicistas dos trabalhadores, sobretudo no que diz respeito ao aumento dos salários e a redução da jornada de trabalho, Marx (2009) reconhece a importância dessas lutas, ao afirmar que:

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência – *coalizão*. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. [...] Nessa luta – verdadeira guerra civil –, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a este ponto, a associação adquire um caráter político (MARX, 2009, p. 190).

Nesse momento de consolidação da sociabilidade burguesa são empreendidas lutas, movimentos organizados da classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho,

pelo descanso semanal, pelo direito a férias que trouxeram vitórias parciais importantes para o operariado. Contudo, para não perder o ritmo da produtividade os capitalistas e pela condição objetiva que o desenvolvimento da grande indústria permitiu identificaram na condensação do trabalho uma forma de intensificar a extração da taxa de mais-valia. Esse processo pressionou o trabalhador a desenvolver uma concentração de suas atividades em um nível que só seria possível num reduzido espaço de tempo. Para Marx (1988) produz-se um paradoxo para os trabalhadores. Tal “paradoxo” se evidencia na medida em que, embora os trabalhadores tenham lutado politicamente e conseguido reduzir a jornada de trabalho, contraditoriamente, essa redução do tempo de trabalho implicou a intensificação da exploração do trabalho, a generalização da mais-valia relativa através do uso intensivo da maquinaria. Isso representou um “avanço” nas relações de trabalho, porém foi oportunamente o meio encontrado pelos capitalistas para “mascarar” /camuflar o aumento da exploração da força de trabalho. Produz-se mais em menos tempo mediante o amparo legal de uma legislação trabalhista que contribuiu para refrear a luta dos trabalhadores pela transformação da ordem social capitalista. Embora represente uma conquista parcial da força de trabalho, motivo de muitas lutas sanguinárias, ainda assim, ao contrário de refletir a diminuição da subordinação do trabalho, intensifica-se sua exploração. O desenvolvimento das forças produtivas e dessas relações de trabalho na base material garante, desse modo, o triunfo da economia capitalista e impactam a luta de classes.

Neste sentido, o movimento operário organizado resultou da consciência dos trabalhadores da sua condição de subordinação ao controle do capital, ainda que tenha apresentado alguns limites. Inicialmente essas lutas expressaram um mero enfrentamento às hostilidades capitalistas. No entanto, aos poucos elas avançam e atingem um grau de politização que tornam os trabalhadores mais conscientes. Trata-se das lutas empreendidas pelos movimentos luddista e cartista. Esses movimentos, na Inglaterra, no século XIX, demonstraram os primeiros protestos organizativos do operariado em reação à brutal exploração capitalista.

O luddismo que, segundo Hobsbawm (2000, p. 19), “começa como um fenômeno sério em algum momento do século dezessete e continua até mais ou menos 1830”, consistia na reação do operariado industrial, expressando o ódio contra a máquina

que havia trazido desventuras à sua vida. A situação de extrema pobreza da classe operária a fez refletir sobre a causa de suas condições de existência, levando-a a culpabilizar a “máquina” e destruí-la. Assim, na medida em que surgia uma nova máquina, concomitantemente, eclodia um novo protesto, uma reação contra a redução da demanda de trabalho vivo que colocava os operários no desemprego. Esses protestos do operariado demonstraram sua insatisfação contra as condições de trabalho e para contê-las os burgueses criaram leis que brutalmente reprimiram a revolta dos operários. Essas leis visaram regular as relações de trabalho e constituíam um mecanismo para atenuar os efeitos perversos da desigualdade gerada na atividade produtiva.

Quanto ao movimento cartista este é reconhecido com a elaboração da Carta do Povo, que exigia o direito de votar e ser votado. Esse movimento direcionou a luta pelo direito ao sufrágio universal, despertando no proletariado o desejo de acabar com a sua impotência política. A extinção do movimento cartista se deu em 1848, quando aparentemente seus objetivos não tinham sido atingidos. No entanto, tal movimento deixou um legado de ideias e reformas conquistadas pelo proletariado. Aqui, mencionamos apenas algumas, como: a primeira lei de proteção ao trabalho das crianças (1833), a primeira lei relativa ao trabalho de mulheres e crianças nas fábricas (1842), e a lei que reduz a jornada de trabalho para 10 horas (1847). Todas essas conquistas alcançadas pelos trabalhadores destruíram o poder da aristocracia rural e abalaram, em alguma medida, o domínio do capital. Mesmo que esse movimento não tenha atingido seus objetivos principais contribuiu significativamente para a organização da classe trabalhadora. Concordamos com Beer (2006, p.455), quando afirma que “as lutas que o proletariado sustenta nunca são inúteis. Quando não atingem diretamente o fim visado, preparam o caminho para a vitória definitiva”.

Entende-se que a ação desses movimentos foi decisiva para a organização política da classe operária em função das determinações histórico-sociais do desenvolvimento capitalista. Porém, diante das precárias condições materiais e da incipiente consciência de classe, os trabalhadores limitaram suas ações no campo da emancipação política, não transcendendo a imediatividade das suas lutas. Momento em que a classe operária estabelece aliança com a burguesia e, através do Estado e do parlamento,

acredita na possibilidade de resolução da problemática social, não conseguindo ir além dos limites impostos pela burguesia.

Ademais, o século XIX é marcado também por processos revolucionários no território francês. Por meio desses acontecimentos revolucionários, a luta de classes explicita-se nas Revoluções de 1848 a 1851. Marx (1977, p. 207), ao fazer um resgate dessas revoluções, destacou três períodos principais:

O período de fevereiro; de 4 de maio de 1848 a 28 de maio de 1849, o período da Constituição da República, ou da Assembleia Nacional Constituinte; de 28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851, o período da República Constitucional ou da Assembleia Nacional Legislativa (MARX, 1977, p.207, grifos do autor).

Esses períodos que marcam o quadro de lutas de classes na França durante os processos revolucionários expressaram o antagonismo entre as classes burguesa e proletária. Nessas lutas que abalaram a Europa ocorreu o enfrentamento direto de dois protagonistas: a burguesia conservadora que, após eliminar os obstáculos da velha ordem feudal, mostrou qual o seu verdadeiro objetivo e como direciona sua ação no interior desta sociedade, demonstrando-se incapaz de propor alternativas emancipatórias, e o proletariado revolucionário, que historicamente se situa enquanto única classe que tem como função social a sua autodestruição, para que assim consiga eliminar as condições que o mantêm prisioneiro do fruto do seu próprio trabalho, do trabalho alienado no capitalismo.

O significado das revoluções de 1848 a 1851 se expressa na medida em que se tem a emergência de um projeto sociopolítico autônomo, próprio do proletariado, que propiciou a sua autorrepresentação classista, expressa, no plano teórico-político, no Manifesto do Partido Comunista, escrito por Marx e Engels em 1844, haja vista que “nele que se apresenta, pela primeira vez, um projeto sociopolítico explícita e organicamente integrado a uma *perspectiva de classe* e nela embasado.” (NETTO, 1998, p. XXVIII); e o reconhecimento de sua função histórica nesta sociedade. Esse contexto revolucionário foi importante para a formação da consciência de classe do proletariado ao explicitar, em nível histórico-universal, a ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal. Isto é, trouxe à consciência social o antagonismo estrutural entre capital e trabalho. As ondas revolucionárias expressaram ainda os limites sociais do projeto sociopolítico direcionado pela burguesia, da aspiração progressista revolucionária de *igualdade, liberdade e fraternidade* anunciada no

ideário da Revolução Francesa de 1789. No direcionamento desse projeto burguês, a *liberdade* restringe-se apenas, e unicamente, à liberdade de concorrência no mercado, entre os capitalistas; a *igualdade* demonstra seu esgotamento no campo da formalidade jurídica, reafirmando, no plano real, a desigualdade entre as classes, entre opressores e oprimidos, e a *fraternidade* volta-se para o “moralismo” e para a “retórica” ilimitada da burguesia, que tem como pano de fundo a abertura da guerra em sua expressão mais violenta.

A partir daí, completada a dominação burguesa, a filosofia desta classe elaborada pelos Luminares - buscando afirmar em todos os domínios a primazia da razão, opunham-se ao ideal autoritário e ascético da Igreja que tradicionalmente vigoravam no interior do *ancien régime*- até então caracterizada pelo seu anseio progressista, passa por um momento de profundo rompimento com as bases que a sustentou. Tem-se um corte com toda a tradição progressista que guiou a burguesia revolucionária de 1789, no sentido de fetichizar a realidade; mascarando e justificando as mazelas nela expressa. Do tom revolucionário, a burguesia decai para o desejo de conservação da ordem por ela erguida em conjunto com as massas populares francesas. A burguesia revelou-se durante os levantes de 1848 a 1851 como classe opositiva ao proletariado, buscando completar sua dominação e desenvolver uma posição defensiva contra este. Com isso, o proletariado investiu no estatuto de classe social autônoma, com objetivos de classe específicos. Nesse período, torna-se evidente que a contradição estrutural existente entre burguesia e proletariado é ineliminável nos marcos desta sociedade, dada a natureza antagônica entre as duas classes e a posição social que cada uma assume no processo produtivo – subordinação ou controle.

Apesar da inegável importância desses levantes revolucionários, houve limitação na medida em que o projeto emancipatório, tão vislumbrado pela classe proletária, foi abordado apenas no terreno da emancipação política. Mesmo apresentando limites ante a ofensiva do capital sobre o trabalho, a emancipação política foi um importante processo para a formação da consciência política dos trabalhadores no século XIX, onde o proletariado aglutinou forças em torno de um mesmo objetivo de classe e despertou para a formação de uma consciência revolucionária; possibilitando a transição da sua condição de “classe em si” ao estatuto de “classe para si”, conduzindo, assim, por via da luta organizada, ao amadurecimento de seus objetivos futuros.

Esse contexto revolucionário explicita os elementos históricos e políticos que determinaram o surgimento da Comuna de Paris de 1871. O golpe de Estado de Luís Napoleão, de 1851, findou em 1870, lançando as bases que impulsionaram o surgimento da primeira experiência revolucionária construída pelo proletariado, cujo projeto de classe objetivava, conforme assevera Marx (1971), conquistar e produzir uma sociabilidade emancipada do capital. Estamos falando da Comuna de Paris de 1871, movimento em que o proletariado instituiu sua forma de governo e se opõe ao poder coercitivo da burguesia, suprimindo solenemente o serviço militar obrigatório e o Exército permanente.

As transformações advindas da Comuna modificaram muitos elementos do governo burguês, explicitando um caráter essencialmente proletário que possibilitou maior liberdade de ação e de pensamento da classe operária. Neste sentido, para Marx *apud*, COGGIOLA, 2002, p. 12:

[...] o verdadeiro segredo da Comuna residiu em ser essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta de classes dos produtores contra a classe dos expropriadores, a forma política, por fim descoberta, pela qual se podia realizar a emancipação econômica do trabalho [...] [ela] foi uma revolução, foi o ressurgimento da autêntica vida social do povo, realizada pelo povo, foi uma revolta contra o Poder Executivo e as formas parlamentares.

A Comuna de Paris se constituiu em um movimento revolucionário que, mesmo diante das fragilidades, foi fundamental para a formação da consciência revolucionária do proletariado, expressando-se como a primeira experiência proletária de construção de uma nova sociedade que se baseasse na negação consciente do proletariado ao modo de produção capitalista e às bases que o mantêm na escravidão do fruto do seu próprio trabalho. A nova forma de luta travada pelos *communards* – a guerra civil – demonstrou seu espírito combativo, e o pouco tempo de governo explicitou a oposição ao inimigo burguês. Essa experiência deixou um legado importante para a construção da consciência revolucionária do proletariado, ao ilustrar a sua capacidade em assumir o papel histórico universal de principal sujeito revolucionário/transformador da ordem social burguesa, o que serviu de inspiração para outros processos revolucionários, a exemplo da Revolução Russa de 1917.

CONCLUSÃO

De um modo geral, identificamos que o movimento de resistência, de enfrentamento construído historicamente pelo operariado ante a exploração do capital, assumiu características e dinâmica diversas, pois apresenta processos de continuidades e descontinuidades. Tais lutas não conseguiram eliminar a contradição existente entre capital e trabalho, no entanto, foram de significativa importância na medida em que possibilitaram a construção histórica de uma consciência revolucionária do proletariado e do reconhecimento do seu papel histórico nos marcos do capitalismo.

A superação das problemáticas (exploração intensa/subordinação, condições precárias de reprodução social, desemprego, pauperismo) que envolve a classe trabalhadora só será possível com a instauração, mediante processo revolucionário, de outra forma de sociabilidade, livre, consciente e radicalmente emancipada dos grilhões capitalistas e dos complexos sociais que compõem historicamente o seu aparato regulador. Este é o solo ontológico que, por inúmeras vezes, foi desconsiderado no debate contemporâneo tanto por alguns movimentos sociais quanto por autores que afirmam compor a “esquerda”. Este solo precisa ser recuperado para romper com as proposições reformistas que mascaram as condições históricas atuais de dominação severa do capital sobre o trabalho e que, com isso, reafirmam a perenidade do sistema sociometabólico do capital e das classes fundamentais que o compõe.

Para concluir, reafirmamos, baseados em Marx, a centralidade do trabalho no mundo dos homens e do proletariado enquanto sujeito revolucionário por excelência e produtor do conteúdo material da riqueza social. E que a reorganização da classe operária e dos diversos movimentos sociais de classe, na atualidade, possa superar a dimensão fragmentada da luta política desconectada dos elementos basilares que determinam a produção material da riqueza e da reprodução social.

REFERÊNCIAS

- BEER, Max (2006). *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular.
- BIZERRA, Fernando de Araújo; SILVA, Equitácia Moraes da (2011). *INDUSTRIALIZAÇÃO CAPITALISTA E OS MOVIMENTOS DA CLASSE OPERÁRIA NO SÉCULO XIX*. (Trabalho de Conclusão de Curso/FSSO-UFAL) Maceió/AL.
- COGGIOLA, Osvaldo (2002). Introdução. In: *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã.

HOBBSBAWN, E. J (2000). *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (2001). *A Era das revoluções*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1998). *Manifesto do Partido Comunista*. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez Editora.

MARX, Karl (1971). *A Guerra Civil na França*. Textos. Nosso Tempo.

_____ (1977). *O 18 Brumário. Textos III*. São Paulo: Edições Sociais.

_____ (1988). *O Capital*. Vol. I. Tomo II. Coleção Os economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura.

_____ (2009). *Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. São Paulo: Global.

NETTO, José Paulo (1998). *Prólogo ao Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez Editora.

_____ (1989). *O Serviço Social e a tradição marxista*. In: Serviço Social e Sociedade, nº 30, Ano X- abril de 1989, Editora Cortez.

Fernando de Araújo Bizerra

Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFAL e integrante do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social (FSSO/UFAL).

Reivan Marinho de Souza

Mestre e Doutora em Serviço Social, Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (Mestrado)/ FSSO na Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social (FSSO/UFAL). Atualmente, Coordenadora Nacional de Pós-Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (Gestão 2013-2014). Orientadora de Fernando Bizerra.